



Ata nº 08/2021

**Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de
Pessoas no Estado do Rio Grande do Sul – COMIRAT/RS**

Reunião Ordinária - Setembro/2021

Data: 09/09//2021

Local: Microsoft Teams

Presentes: Daniela Setim Rezner (Coordenadora do COMIRAT-RS); Amanda Prestes (Servidora do Departamento de Justiça da SJSPS/RS); Gabriela Penna (Estagiária da SJSPS/RS); Karina Valenti (Estagiária da SJSPS/RS); Joice Kaefer (Escrivã de Polícia - Representante da SSP-RS); Luisivan Strelow (Diplomata em função de Assessor do ERESUL); Maria Cristina (FGTAS); Pedro Gil Weyne (AVESOL); Simone Peña (STAS); Bibiana Waquil (Analista Social do SJMR); Ana Amelia Ferreira dos Santos (Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica do MPT); Julia Silveira (NEPEMIGRA, GAIRE e DPU); Gisele Netto (Assistente Sênior de Campo do ACNUR); Elton Bozzetto (FPMH); Joseane (Professora FMP); Moisés Bauer (Assessor do MP/RS); Robson Valdez (Assessor de Relações Internacionais da Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do RS, em Brasília); Aline Palermo Guimarães (Defensoria Pública Estadual e dirigente do NUDDH - DPE/RS); Flavia Faermann (PGE-RS); Hector López (Cruz Vermelha); Lucas Nascimento (Coordenador SJMR); Lucas Rosin (Exército da Salvação); Maria Beatriz Nogueira (Chefe do Escritório do ACNUR em São Paulo); Maria Luiza Mendo; Sherol dos Santos (Professora da SEDUC); Sérgio Ladeira (ABIN); Patrícia Siqueira (OIM) e Sandra Soares (Assistência Social da Secret. Municipal de Venâncio Aires).

Pautas:

1. Informes
2. Reunião Familiar Haiti - Esteio
3. Atendimento nos serviços públicos
4. Fórum Nacional de Comitês Estaduais
5. Diagnóstico MigraCidades

INFORMES

A coordenadora Daniela (SJSPS) informa que foram enviados ofícios de atualização das indicações de representantes das instituições que compõem o COMIRAT-RS. Elton (FPMH) informa que, a partir da Audiência Pública, houve a prorrogação do prazo para regularização migratória de documentos vencidos: Portaria 025/2021/DIREX/PF de 17 de Agosto de 2021.

REUNIÃO FAMILIAR HAITI

Joseane (FMP) faz o relato de haitiano que procurou advogado para ingressar na justiça pelo deferimento do visto de reunião familiar de esposa e 2 filhos haitianos que atualmente estão na República Dominicana. Ingressaram com liminar na 2ª Vara Federal de



Canoas para permitir a entrada sem visto no Brasil. A União se manifesta pela não concessão da liminar, sob o argumento que o deferimento da tutela antecipada vai contrariar as políticas migratórias do governo brasileiro. O MPF se manifestou pela procedência do pedido, os autos foram conclusos e o Juiz deferiu a concessão da liminar, isto é, autorização de esposa e filhos ingressarem no Brasil, sem visto, por via aérea. As passagens devem ser adquiridas e pagas pelos próprios demandantes. Para além do visto, é necessário pensarmos como pode ocorrer o traslado.

Luisivan (ERESUL) informa que o Escritório enviou uma consulta ao Itamaraty questionando quais as medidas, na prática, que a Embaixada em Porto Príncipe está adotando, sobre os documentos, orientações de voos fretados e comerciais. Sobre as ordens judiciais em favor de haitianos para ingresso sem visto para fins de reunião familiar, diz que é certo que as ordens judiciais serão cumpridas, mas que não temos como informar como se dará em cada caso.

Júlia Silveira, estagiária da Defensoria Pública da União, relata que a DPU está recebendo muitos casos de solicitação de reunião familiar do Haiti sem visto e reclamações a respeito dos valores muito altos cobrados pela AINTESO. Orienta a divulgação do [formulário](#) para atendimento na DPU referente à demanda de reunião familiar para haitianos para abertura do Processo de Assistência Jurídica. Pedro Gil (AVESOL) explica que a DPU ajuizou ação coletiva essa semana pedindo a isenção de visto para haitianos em todo país. Número do Processo: 5064932-65.2021.4.04.7100 (6ª Vara Federal de Porto Alegre - JFRS).

Hector López (Cruz Vermelha Brasileira - RS), sugere que haja uma padronização e subsequente coletivização de informações para esses casos, pois há outras nacionalidades que também enfrentam dificuldades referentes aos vistos de ingresso no Brasil. Questiona se seria possível utilizar voos da FAB para realizar o traslado das famílias que conseguiram reunião familiar.

Diante da sugestão da professora Joseane, será agendada reunião com a Divisão de Imigração do Itamaraty em Brasília. Também será retomado o contato com a Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), para compreender como o MMFDH está avaliando sua atuação neste caso. A Embaixadora no ERESUL intermediará a reunião junto à DIM.

Robson, assessor de Relações Internacionais da Secretaria Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais do RS, em Brasília, informa que um dos trabalhos da SERFI é o monitoramento de todas demandas na área federativa e internacional do governo do estado e de municípios. Embora não haja participação do processo decisório, há um acompanhamento das demandas.

Pedro Gil (AVESOL) fala sobre como as dificuldades dos haitianos conseguirem visto de reunião familiar para o Brasil derivam das denúncias de pedido de propina da parte de despachantes para tramitar os pedidos de vistos junto ao BVAC, bem como do preço alto da passagem aérea. Joseane reitera o compromisso que o Brasil deveria ter com o Pacto Global das Migrações e os esforços para promover uma migração documentada.

Robson questiona se é possível um exercício paralelo do COMIRAT-RS em levar a demanda dos migrantes haitianos para que seja revisto o status no âmbito da política migratória brasileira, de modo a permitir uma maior atuação e ampliação das estratégias do ACNUR nesta demanda. Sugere que seja um movimento político, por meio de uma carta, para marcar o posicionamento do comitê e como poderia melhorar a atuação frente às



demandas de haitianos se houvesse outro entendimento do status migratório destes. Mesmo que inicialmente seja uma iniciativa particular do RS, poderia haver a ampliação e adesão de outros estados.

ATENDIMENTO AOS MIGRANTES EM GRAVATAÍ

Elton informa que está havendo uma dificuldade de acesso aos serviços públicos dos migrantes, sobretudo venezuelanos, em Gravataí. Relata caso de negação de atendimento a uma família venezuelana no acesso à saúde e ao Cadastro Único. Elton solicitou mais informações da representante da Cáritas de Gravataí para prestar uma reclamação à Prefeitura de Gravataí e à Secretaria Municipal de Assistência Social. Hector refere outros casos semelhantes em Novo Hamburgo, Canoas e Porto Alegre no acesso à saúde. Hector já conversou com Rita, da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, e ela reiterou como o acesso à saúde é universal, tratando-se do desconhecimento de servidores. Ana Amélia (MPT) informa que qualquer denúncia deve ser feita com dados, mas compreende que não seja caso de denúncia para o MPT, mas sim uma ação no âmbito da Defensoria Pública da União em razão da violação de um direito. Considerando que as denúncias de negação de atendimento são resultado da falta de conhecimento, precarização dos serviços de ponta e falta de preparação/capacitação, Bibiana Waquil (SJMR) reitera a importância da divulgação da informação sobre a possibilidade de solicitar um repasse de recursos para os municípios de acolhida dos fluxos de interiorização da Operação Acolhida e também coloca o SJMR à disposição para realizar a aproximação e diálogo com as gestões municipais e para entender as dificuldades, sobretudo antes de partir para uma resolução judicial. Patrícia Siqueira (OIM) relata o trabalho de capacitação que a OIM tem realizado com as secretarias municipais e também se coloca à disposição para dialogar com as prefeituras. Aline Guimarães (DPE) vai verificar nas Comarcas mencionadas para descobrir se já chegou aos defensores públicos estaduais, porque, ainda que a DPE não se envolva com as questões de direito internacional, as questões de acesso à saúde estão conectadas com a esfera da DPE. Aline reitera a importância de possuir dados sobre os casos de violação de acesso aos direitos e serviços públicos (data, horário, qual serviço etc).

FÓRUM NACIONAL DE CONSELHOS E COMITÊS ESTADUAIS PARA REFUGIADOS E MIGRANTES

Gisele inicia apresentando para apreciação e mobilização do COMIRAT/RS o projeto do Fórum Nacional de Conselhos e Comitês Estaduais para Refugiados e Migrantes, que deve ser gerido pelos próprios conselhos e comitês. Pontua a necessidade desse espaço nacional, pois existem muitas boas práticas e experiências positivas em diversos conselhos e comitês ao longo do país que podem contribuir para a construção de uma política nacional.

Daniela inicia a apresentação trazendo o histórico do projeto, pontuando que vem de discussões que já vêm ocorrendo no COMIRAT/RS, ressaltando a importância de se discutir essas pautas a âmbito nacional, uma vez que as políticas migratórias muitas vezes precisam de mobilização para além da esfera estadual. Consta que ainda não existe um órgão nacional, existindo então uma lacuna de um espaço nesse sentido. A proposta de participação é que seja horizontal e autogerido. Cada comitê/conselho terá dois representantes no Fórum: um da sociedade civil e um do poder público. Contará com reuniões periódicas, a cada 4 meses, duas virtuais e uma presencial. A reunião inaugural seria para apresentação dos atores,



discussão da proposta de Fórum e aprovação pelos comitês/conselhos, a ser realizada ainda em 2021, e seria chamada pelo COMIRAT/RS com apoio do ACNUR. Em seguida, pretende-se realizar uma reunião de inauguração do Fórum em 2022, a ser transmitida ao vivo pelo YouTube do ACNUR. As demais reuniões serão temáticas, conforme prioridades levantadas pelos membros do Fórum e organizadas e sediadas rotativamente por cada conselho/comitê integrante do Fórum.

Gisele apresenta a atuação do ACNUR na proposta, que se dará em grande parte no âmbito logístico das reuniões, de mobilização das discussões, de divulgação de produtos, bem como suporte em capacitações que sejam relevantes para o Fórum. Apresenta um rápido panorama dos comitês e conselhos estaduais para refugiados e migrantes no Brasil: I) Nordeste - CERAM/RN e CEMIGTRA-P/CE; II) Norte - Comitê Intersetorial de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Atenção aos Refugiados e Migrantes do Amazonas; III) Sul - COMIRAT/RS; IV) Centro-Oeste - CERMA/MS e Comitê Intersetorial de Política Estadual para Migração e Vítimas de Tráfico de Pessoas no Estado de Goiás; V) Sudeste - COMITRATE/MG; CEIPARM/RJ; CER/SP.

Maria Beatriz (chefe do escritório do ACNUR em São Paulo) reitera o quanto é inovadora a ideia desse novo espaço. Coloca que é um pontapé para estados que ainda não possuem conselhos e comitês estaduais, e reiterar aqueles já existentes.

Daniela finaliza a apresentação saudando o apoio do ACNUR e da participação da Bibiana (SJMR), que estava na equipe da SJCDH no gerenciamento do projeto. Por fim, pontua os próximos passos do projeto, que são o compartilhamento de documento base sobre o Fórum com COMIRAT, para discussão, revisão e aprovação, bem como definição inicial de seus objetivos; a definição de data, convite e mobilização dos demais Conselhos e Comitês para a primeira reunião; e a definição de data, convite e realização da reunião inaugural do Fórum, a ser transmitida via YouTube do ACNUR.

Elton pergunta se o Fórum seria ligado à alguma esfera do governo federal. Também, se a proposta política será construída após a instalação do Fórum. Ainda, compartilha sua sensação do caráter republicano e federativo desse Fórum, o que ainda não existe na política nacional e da necessidade deste espaço a recorrer nacionalmente. Coloca que essa ideia de um espaço de discussão nacional também foi pensada na única COMIGRAR nacional que ocorreu.

Daniela responde que não seria ligado à estrutura da esfera federal, reiterando a composição de dois representantes por conselho/comitê estadual. Reitera que alguns dos anseios que surgem no COMIRAT-RS, no âmbito de não saber a quem recorrer para dar andamento a determinadas questões, poderiam ser sanadas nesse espaço do Fórum nacional.

Gisele responde que, a partir das primeiras discussões, depois de consolidada a adesão dos comitês, seria aprofundada, em conjunto com os outros comitês, a linha política do Fórum, reiterando a disposição de duas reuniões iniciais.

Daniela propõe que se estipule o prazo de **30/09 - uma semana antes da próxima reunião do COMIRAT/RS** -, para que sejam encaminhadas por e-mail eventuais dúvidas ou questões sobre o projeto para que, na próxima reunião, seja possível dar os encaminhamentos para a primeira reunião do Fórum. Coloca também a necessidade de, na próxima reunião, encaminhar a definição dos representantes do COMIRAT/RS no Fórum, solicitando opiniões dos membros para esta definição.



DIAGNÓSTICO MIGRACIDADES

Daniela inicia apreciando o diagnóstico do Migracidades e, ao comentar sobre a próxima etapa, que será de priorização, solicita que os membros pensem conjuntamente sobre os pontos represados para ações e para trabalho. A coordenadoria do comitê pontuou cinco principais resoluções que podem ser construídas pelo comitê: 1) continuidade na formação de servidores, revendo/atualizando o curso que já existe na área da saúde (avaliando o que pode ser aproveitado); 2) produção de materiais para tradução em 2021: tradução sites com informações básicas e de cidadania; tradução material direitos trabalhistas; 3) definir um foco de priorização de 2021 e planejamento das pautas com base na priorização para as reuniões do COMIRAT-RS em 2022 (com um GT); 4) criar um GT para criação de proposta de plano estadual; 5) articulação com municípios que já tem políticas municipais.

Gabriela comenta que o primeiro ponto, sobre capacitação dos servidores, contemplaria casos como o que foi apurado nesta reunião, que seria uma resolução que vise o médio/longo prazo, ao contrário da via judicial.

Daniela propõe que seja feito um Grupo de Trabalho para elencar a priorização de pautas, com base nas etapas do Migracidades. Depois de estipuladas as linhas de ação a partir do trabalho de priorização, seria feita a avaliação dos tópicos que estão descritos no relatório, para que assim consigamos pensar em um planejamento para o ano de 2022. Outro ponto é a formação de um GT para a construção de um plano estadual de políticas para migrantes e refugiados. Por fim, o último ponto é a articulação com os municípios que já têm políticas municipais para a população, entendendo a necessidade da avaliação e discussão do retorno desses planos, pensando na formulação de planos para outros municípios.

Patrícia diz que participou da formulação do curso da SES, e se coloca à disposição para construir as pautas conjuntamente. Bibiana e Gisele também se colocam à disposição.

Bibiana pontua que o eixo que poderia ser priorizado é o referente ao trabalho, ao que Daniela alega que também é a prioridade discutida na coordenação do comitê.

Encaminhamentos:

- Enviar a apresentação do Fórum Nacional
 - Membros do COMIRAT-RS podem encaminhar dúvidas ou questões sobre o projeto até 30/09
- Enviar um e-mail para eresul@itamaraty.gov.br, endereçado à Chefe do ERESUL, Embaixadora Eliana da Costa e Silva Puglia, informando a pauta de reunião familiar
- Convidar Robson para participar da reunião com DIM e MMFDH
- Elaborar carta para MJ sobre o status migratório de haitianos no Brasil e definição do posicionamento do COMIRAT-RS sobre esse assunto
- Elton vai trazer mais informações sobre os casos de recusa ao atendimento de saúde e assistência social em Gravataí
- Elaboração de um ofício com orientações para as prefeituras e secretarias municipais sobre os direitos de migrantes aos serviços públicos
- Formalização dos membros que desejam compor o Grupo de Trabalho do planejamento das prioridades de pautas do Comitê



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE JUSTIÇA E
SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO

- Formalização dos membros que desejam compor o Grupo de Trabalho da Política Estadual
- Link do formulário da DPU: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSeiy9Cx-HL7WVPe79Kxfv4tyDR4KcHXwbswpQV7-Vo0wcRQmg/viewform>